



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG – DIA 4 DE MARÇO DE 2013

Local: MPDFT

2
3
4
5 Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões
6 da Procuradoria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, situada no Eixo
7 Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília-DF, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos
8 Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, estiveram presentes os
9 Excelentíssimos(as) Senhores(as) Doutores: Patrícia de Amorim Rêgo, Procuradora-Geral de
10 Justiça do Acre; Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de Justiça de Alagoas; Márcio
11 Augusto Alves, Subprocurador-Geral de Justiça, neste ato representando Ivana Lúcia Franco Cei,
12 Procuradora-Geral de Justiça do Amapá, Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral
13 de Justiça do Amazonas; Wellington César Lima e Silva, Procurador-Geral de Justiça da Bahia;
14 Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procuradora-Geral de Justiça do Ceará; Eunice
15 Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT; Eder Pontes da Silva,
16 Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Benedito Torres Neto, Procuradora-Geral de Justiça
17 de Goiás; Regina Lúcia de Almeida Rocha, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo
18 Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Humberto de Matos Brittes,
19 Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul; Carlos André Mariani Bittencourt, Procurador-
20 Geral de Justiça de Minas Gerais; Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de
21 Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba e
22 Presidente do CNPG; Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Zélia Saraiva Lima,
23 Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Rio
24 de Janeiro; Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte;
25 Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul; Fábio Bastos Stica,
26 Procurador-Geral de Justiça de Roraima; Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa
27 Catarina; Márcio Fernando Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo; Orlando Rochadel
28 Moreira, Procurador-Geral de Justiça de Sergipe; Vera Nilva Alvares Rocha, Procuradora-Geral de
29 Justiça de Tocantins; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar ;
30 Eduardo Antunes Parmegiane, representando o Procurador-Geral do Trabalho; e Adrio Nobre
31 Leite, Secretário Executivo do CNPG. Dando início a reunião ordinária, o Presidente do CNPG, Dr.
32 Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, lembra que a primeira parte da reunião é restrita aos
33 procuradores-gerais e subprocuradores. Ressalta a satisfação de poder reunir os colegas em mais
34 uma reunião do Conselho, dá boas-vindas ao Dr. Marfan Martins, PGJ do RJ, que participa de sua
35 primeira reunião após sua posse. Saúda também Dr. Paulo Roberto do Jorge Prado, que foi recém-
36 nomeado para o cargo de PGJ do Mato Grosso. Dr. Oswaldo Trigueiro passa então a palavra para a
37 Dra. Eunice Pereira Amorin Carvalhido, PGJ do MPDFT, anfitriã da reunião. Dr. Eunice Carvalhido
38 cumprimenta os colegas do colegiado e afirma que é uma honra receber mais uma reunião. Dr.
39 Oswaldo Trigueiro agradece e questiona se todos estão de acordo com a aprovação da ata da
40 última reunião do dia 28 de janeiro. Todos se manifestam de maneira positiva e a ata é aprovada.
41 Em relação à PEC 37, o Presidente do CNPG informa que na semana anterior foi entregue ao
42 Deputado Henrique Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, o convite oficial para a próxima
43 reunião ordinária, que acontece nos dias 04 e 05 de abril no Rio Grande do Norte, mas o
44 Deputado teve que declinar o convite por conta de compromissos agendados anteriormente.
45 Também foi informado que durante o dia seriam dadas as informações sobre o pleito realizado no

1 dia seguinte para a escolha dos representantes do CNPG para o CNMP. A palavra é então passada
2 para Dr. Fábio Stica, PGJ de Roraima, que saúda os presentes, agradece a Dra. Eunice Carvalhido
3 pela recepção. O PGJ informa que conseguiu a minuta do Tribunal de Contas do seu estado (RR) e
4 existe a possibilidade de convênio entre o MP de cada Estado e o CNPG para que haja uma sede
5 fixa do CNPG, não necessariamente própria, mas, por exemplo, algumas salas alugadas em
6 Brasília. O PGJ informou que levantou a possibilidade de fazer um convênio do Tribunal de Contas
7 com a Atricom e teriam que ser verificadas as possibilidades de convênio. Uma delas seria a
8 mesma maneira da contribuição feita entre as Associações dos Ministérios Públicos e a Conamp,
9 feita proporcionalmente pelo número de membros. O PGJ sugere que a mesma coisa poderia ser
10 feita nesse convênio do CNPG. Segundo ele, no Tribunal de Contas de Roraima um convênio,
11 firmado em 2006 e renovado até a presente data, custa R\$ 10 mil anuais. O PGJ ressalta que em
12 uma conversa com o Presidente do CNPG, Oswaldo Trigueiro, e com o PGJ do RN, Manoel Onofre,
13 foi pensado no valor de contribuição de 0,5% do orçamento de cada instituição, mas o valor
14 poderia ser alto para algumas instituições e este deve ser deliberado por elas, de acordo com as
15 necessidades e limitações de cada uma. A ideia, lançada anteriormente, seria um espaço físico no
16 Distrito Federal, que comportasse a presidência e alguma estrutura administrativa, um espaço
17 para reuniões. A partir da delimitação desses espaços, seria possível fazer o levantamento de
18 custo para todos os estados, mas ele é perfeitamente viável em termos de convênio. Com base
19 nas informações pesquisadas, a assessoria preparou um termo de convênio adaptado com
20 informações vistas nos Tribunais de Contas com a Atricom. Esse seria o primeiro passo. A proposta
21 do PGJ lembra que, na primeira reunião que o assunto foi debatido, ele sugeriu mudar a legislação
22 de cada estado para que fosse permitido o repasse direto e não através de convênio, mas isso
23 demandaria mais tempo. Dr. Oswaldo agradece o PGJ Fábio Stica e faz um breve histórico dos
24 convênios. Lembra que foi distribuída nas procuradorias para que pudessem repassar para o
25 Tribunal de Contas, mas nenhum estado ainda deu retorno em relação aos convênios. O
26 Ministério Público do Trabalho apontou em outra ocasião que o Tribunal de Contas não recebem o
27 termo de consulta pois era fato específico e não genérico e haveria algumas dificuldades por conta
28 disso. Essa foi a última questão levantada, mas os Tribunais de Conta seriam consultados.
29 Aparentemente no Tribunal de Contas não é a Atricom que faz o depósito, mas a Fundação Ruy
30 Barbosa, que é mantida por ela, que dá a eles a possibilidade de estruturar uma negociação. Dr.
31 Oswaldo Trigueiro também apontou que é possível que todos os MP's tenham um termo de
32 cooperação entre si para manter um espaço de apoio em Brasília. Neste contexto há a garantia do
33 Banco do Brasil que cedeu o espaço Fundação Banco do Brasil, para que sejam realizadas as
34 reuniões periódicas. Lembrou que ainda há a questão da manutenção e do custo de manter uma
35 equipe. Ele ressaltou que embora haja o apoio e a receptividade dos MP's, ter um espaço físico
36 atribui uma questão de identidade. Foi feita uma proposta para que em maio seja feito um
37 *workshop* com todos os membros do CNMP e do CNPG, para que possam ser debatidos temas da
38 instituição. Dr. Onofre pede a palavra e aponta que, inicialmente, o Tribunal de Contas achou a
39 proposta complexa e não se posicionaram de maneira objetiva, mas apontaram que,
40 juridicamente, o que foi proposto é difícil de ser realizado. O PGJ de São Paulo, Márcio Fernando
41 Elias Rosa, ressaltou que os precedentes dos Tribunais de Contas em São Paulo também são
42 contrários, embora eles firmem essa natureza de convênio. O PGJ afirma ainda que, como já foi
43 discutido antes, a prestação não deveria ser uma contribuição, mas a remuneração por um serviço
44 prestado. O Presidente do CNPG lembra que na reunião que o tema foi abordado foi sugerido que
45 o convênio tivesse uma data para ser encerrado. O termo de cooperação entre todos os estados é
46 aprovado. A palavra é passada para o PGJ do RN, Manoel Onofre, para falar sobre a PEC 37. Ele
47 reafirma que o evento mais importante foi o encontro com o presidente da Câmara dos
48 Deputados, mencionado pelo Dr. Oswaldo Trigueiro no início da reunião. Durante o encontro, o
49 Deputado Federal Henrique Alves prometeu "segurar" a PEC e pediu que fosse mostrado à
50 sociedade as consequências da aprovação da proposta. Assim, os congressistas sentirão o
51 respaldo que o MP tem com a sociedade. Dr. Onofre lembrou que, embora alguns MP's tenham
52 assumido uma postura combativa, outros estão contando com a ação de terceiros. Enfatizou ainda

1 a importância do engajamento de todos na questão e que ela seja tratada como prioridade para
2 todos. Para apresentar no simpósio do dia 24, que será realizado em Brasília, cada estado deve
3 enviar, de forma resumida, 3 operações desenvolvidas acerca do poder investigatório que deram
4 resultados práticos para a sociedade. Dr. Manoel Onofre também informou que recebeu a
5 informação que a maçonaria do Brasil posiciona-se contra a PEC 37 e estão articulando-se para
6 levar isso formalmente ao Congresso Nacional. Dr. Oswaldo Trigueiro sugere que cada PGJ traga
7 de entre 10 a 20 colegas para o Simpósio do dia 24, para entrega oficial do documento no
8 Congresso Nacional e, também, lançar o manual de casos práticos de investigação de cada estado.
9 Os PGJ's discutem ações que podem tomar em seus estados na semana durante o dia 08 e dia 12.
10 A PGJ do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha, fala das ações já realizadas em seu estado:
11 encontros com a imprensa, com a sociedade civil, da qual participaram 81 instituições e um fórum
12 permanente, no qual a PEC 37 também é debatida, um programa de rádio semanal onde um
13 colega é entrevistado sobre o tema. Dr. Zélia Saraiva, PGJ do Piauí, informa que no seu estado o
14 roteiro também já foi definido e serão realizados cafés-da-manhã, entrevistas, palestras em
15 universidades e também um abaixo-assinado eletrônico. O PGJ de São Paulo, Dr. Márcio Elias,
16 informa que em uma reunião que esteve presente o vice-presidente Michel Temer mostrou-se
17 contrário a proposta e que comprometeu-se para conseguir uma agenda com o Renan Calheiros.
18 Também falou da boa repercussão da sua participação no programa Cidade Alerta, apresentado
19 por Datena. O apresentador também "comprou" a causa, segundo o PGJ. Dr. Lio Marin, PGJ de
20 Santa Catarina, afirmou que os colegas das comarcas do seu estado já estão todos envolvidos.
21 Dos 16 deputados de SC, apenas 4 não posicionaram-se contra a proposta, todos os outros
22 manifestarão sua desaprovação, assim como o governador de SC. Ele também sugere cautela nas
23 ações de atuação que, por exemplo, a ida ao congresso deve ser para solicitar apoio e não
24 "apontar o dedo" para Deputados, o que geraria constrangimento. O PGJ do Ceará, Ricardo
25 Machado, informou que em seu estado não há uma participação constante dos outros ramos do
26 MP, apenas em momentos pontuais, como o lançamento da "Frente Estadual contra PEC 37". Um
27 iniciativa do estado foi buscar os meios de comunicação do Ceará (TV, rádios, jornais, portais),
28 através de visitas na qual o presidente da Federação das Indústrias do estado do Ceará. Os PGJ's
29 decidiram então que, o evento em Brasília acontece no dia 24 de abril e as mobilizações estaduais
30 entre 08 e 12 de abril. De 08 a 11 nos interiores e no dia 12 na capital. Dr. Oswaldo Trigueiro pede
31 para que Dr. Ádrio, secretário executivo do CNPG, entregue o modelo de cédulas da votação que
32 acontece no dia seguinte para os PGJ's. O presidente do CNPG passa as orientações sobre a
33 votação e anuncia que a lista com o nome dos candidatos será entregue depois do meio-dia,
34 quanto encerra-se o prazo para entrega dos documentos. Ficou estabelecido que serão
35 anunciados apenas os vencedores e o número de votos dos demais não será divulgado. É
36 encerrada, então, a pauta da manhã. O presidente do CNPG Dr. Oswaldo Trigueiro dá início a parte
37 da tarde da reunião ordinária. Saúda a presença dos colegas do CNPG e aos que participam desta
38 etapa da reunião: o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a Conselheira do CNMP
39 Cláudia Chagas, o corregedor-geral Dr. Jeferson Coelho, demais conselheiros presentes e o
40 presidente da Conamp. Dr. Oswaldo passa então a palavra para a Dr. Cláudia Chagas, Conselheira
41 do CNMP, para tratar da atuação Nacional do Ministério Público. A conselheira saúda a todos.
42 Cláudia Chagas declara que o planejamento estratégico deve começar pela busca de
43 convergências, então esse contato com os PGJ's e com o CNPG tem sido boa para a condução
44 deste trabalho. O Banco Nacional de Projetos, segundo a Conselheira, é uma ferramenta que
45 permite o compartilhamento de projeto e que até o momento conta com 235 projetos inscritos, o
46 que é algo interessante pois permite que se conheça a realidade e as prioridades de cada um. Por
47 conta dela já foi possível criar um mapa e definir uma orientação e agora ajuda a estabelecer
48 novos passos para o Ministério Público Brasileiro. Na última sessão do conselho foi apresentada
49 uma resolução de premiação para membros e servidores e espera-se que até junho, mês do
50 aniversário do Conselho, a regulamentação esteja pronta e projetos que estão a frente do Banco
51 Nacional de Projetos possam ser premiados. Esta seria uma maneira de prestigiar o servidor que
52 além das tarefas diárias tem se dedicada a outros projetos relevantes para sociedade e o MP. A

1 conselheira informou ainda que estão sendo feitos encontros regionais, que teve como objetivo
2 inicial, compreender o que cada um define como prioridade e agora está sendo mostrado os
3 resultados desses primeiros encontros, a apresentação de um banco de projetos e a atuação do
4 Conselho Nacional. Está previsto que a partir de abri estes encontros nacionais sejam retomados.
5 O segundo tema abordado pela conselheira foi a criação do portal de Direitos Coletivos. O CNMP
6 e o CNJ editaram uma resolução conjunta criando este portal, que oferece uma maior
7 transparência aos termos de ajustamento de conduta, aos inquéritos civis, exceto pelos cobertos
8 pelos sigilos. O que, além de oferecer a oportunidade dos que trabalham na área de ter um
9 intercâmbio de experiências, oferece à sociedade a oportunidade de ter acesso a estas
10 informações e dá visibilidade ao trabalho do Ministério Público. Segundo a conselheira, este
11 portal foi lançado graças a uma comissão de membros e servidores, do MPDFT do MPRJ, do
12 MPRS, do MPCE, MPRO. O sistema do portal foi construído pela TI do CNMP e as informações
13 sobre as ações civis são do CNJ e o CNMP pelos inquéritos de ajustamento de conduta. O site será
14 lançado no dia 13 de março. Há mais de 40 mil informações até o momento e a ideia é que todos
15 possam alimentar o site. O terceiro tema tratado pela conselheira foram questões acerca da
16 publicação “ Ministério Público – Um Retrato”, que teve sua primeira edição no ano passado e a
17 segunda edição está prevista para junho, mês do aniversário do CNMP. Em fevereiro todos os
18 PGJ’s receberam um ofício pedindo que as informações fossem revisadas e atualizadas até 31 de
19 março. A conselheira também falou sobre a interoperabilidade, pois vários estados e o MPU tem
20 reclamado sobre a dificuldade da implementação do processo eletrônico e da comunicação entre
21 o MP e o judiciário. Muitas vezes os TJ’s estabelecem uma forma de atuação dos MP’s que é
22 incompatível com o que existe em cada unidade. Diante de um pedido do CNPG, foi iniciada uma
23 negociação entre o CNJ e surgiu uma proposta de resolução conjunta, que cria um modelo
24 nacional de interoperabilidade. A ideia é criar uma via única de comunicação entre o judiciário e o
25 MP, o que seria um avanço importante. O processo eletrônico é um desafio, a primeira vitória
26 neste caminho foi a unificação das tabelas, sem elas não estaríamos aqui. A conselheira
27 apresentou essa resolução conjunta com o CNMP e também será apresentada ao CNJ. Havendo a
28 aprovação de um texto comum, espera-se que isso venha possibilitar a integração entre os órgãos
29 de sistema de justiça. Cláudia Chagas reitera a intenção do CNMP de trabalhar em conjunto em
30 prol de um MP mais eficiente e melhor. Outro tema abordado foi o contato com o Banco Mundial.
31 O primeiro passo foi a viagem realizada em janeiro, da qual participaram o Dr. Jarbas, Conselheiro
32 do CNMP, e o presidente do CNPG, Oswaldo Trigueiro. Ressalta ainda a experiência de ter
33 participado do workshop de alinhamento estratégico, na Paraíba, o que considera uma iniciativa
34 exemplar, pois envolve todos os membros do MP, discutindo e avaliando o plano estratégico e
35 buscando um alinhamento com o nacional. Dr. Oswaldo agradece a Conselheira e pontua que a
36 resolução conjunta entre o MP e o TJ diminuiria a distância e as falhas de comunicação entre
37 ambos. Dr. Jeferson Coelho também chama atenção para a questão do processo eletrônico e fala
38 da situação frágil do sistema nos estados já inspecionados e incentiva o MP a ser mais
39 participativo na questão. Dr. Oswaldo passa a palavra para Dr. Roberto Gurgel, que reforça que a
40 união entre os MP’s é fundamental, já que há tantos adversários externos. Nesse momento
41 temos uma PEC 37 tramitando, essa união é uma questão de sobrevivência. Se conseguirmos uma
42 união que vá além da teoria, as possibilidades de êxito serão cada vez maiores. Os pontos de
43 divergências devem ser tratados em momentos pontuais, mas a ênfase deve ser dada aos pontos
44 de convergência. Em relação a PEC 37, informo que o ministro Joaquim Barbosa está empenhado
45 em viabilizar a apreciação do Supremo o quanto antes e mostra seu otimismo ao afirmar que o
46 cenário do Supremo é favorável à investigação do MP. Além disso, Gurgel ressaltou a importância
47 da interoperabilidade entre o MP e o Judiciário. Dr. Oswaldo agradece a participação do Roberto
48 Gurgel e passa a fala para o deputado federal Espiridião Amin, que cumprimenta os presentes e
49 diz-se honrado em participar da reunião. Ele cita o Ministro José Eduardo Cardoso, que afirmou
50 em uma entrevista que “ nós temos que conseguir uma solução que seja institucionalmente
51 adequada” e acredita que esta declaração define o que ele defende em relação ao poder
52 investigatório do MP. Segundo ele, o MP não pode ser atribuído a competência para investigar. Na

1 República, o poder deve ser igual ao dever. No entanto, defende que o MP deve atuar em certos
2 casos. Se a PEC 37 for aprovada da maneira que ela foi apresentada na Comissão de Mérito não
3 vai ser bom para a República, para o Congresso e muito menos para a Câmara, pois será gerado
4 um processo de judicialização da geração dessa PEC ou sofreremos de mais uma confusão
5 corporativa. Espiridião defende que o Ministério deve atuar em certos casos, em um determinado
6 nível hierárquico para assegurar que a investigação não seja cerceada em um determinado tipo de
7 crime investigado, principalmente no que se refere a improbidade administrativa e crimes contra a
8 administração pública.

9

10 E, nada mais havendo, foi por mim, Adrio Nobre Leite, lavrada a presente Ata.

11

12

13

14

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Presidente do CNPG

15

16

17

18

19

Adrio Nobre Leite
Secretário-Executivo do CNPG